

Distribuição de renda e crescimento econômico: uma análise do caso brasileiro

André Eduardo da Silva Fernandes

Sumário

1. Apresentação do tema. 2. A inflação e o processo de desenvolvimento da economia nacional. 3. Experiências de controle de inflação sem mudar o modelo de crescimento econômico. 4. Plano Real – experiência de controle da inflação mudando o modelo de crescimento econômico. 5. Principais conclusões.

1. Apresentação do tema

A questão sobre a distribuição de renda constitui-se em um dos temas mais controversos tanto do ponto de vista da teoria econômica, quanto do ponto de vista das ações práticas do governo.

Não poderia ser de outra maneira, pois, por trás do perfil da distribuição de renda, encontram-se questões relevantes sobre a estrutura de poder de uma sociedade e a forma como ocorre a dinamização econômica.

A importância crescente do tema, por sua vez, depara-se com a diversidade metodológica para apurar as formas de expressão da renda e de sua concentração, assim como a própria definição do que seja efetivamente “renda”, em uma sociedade capitalista contemporânea, e de como ela se inter-relaciona com a qualidade de vida de uma comunidade.

O perfil de distribuição de renda da sociedade brasileira sempre foi, historicamente, concentrador. Desde os primórdios da colonização, a produção na forma de *plantation* (mão-de-obra escrava, latifúndios,

André Eduardo da Silva Fernandes é Consultor-Geral Adjunto do Senado Federal e Mestre em Economia pela UnB. Agradeço as críticas e contribuições da Gestora Governamental Leila Ollaik, sendo de minha inteira responsabilidade os possíveis equívocos.

produtos voltados para a exportação) caracterizou a construção da exclusão social. Tal perfil está diretamente relacionado com as estratégias de desenvolvimento adotadas nos diversos momentos de nossa história, inclusive na aceleração da industrialização, a partir da década de 30.

2. A inflação e o processo de desenvolvimento da economia nacional

Antes de se iniciar a análise do atual padrão de distribuição de renda no Brasil, é importante compreender o papel que a nossa estratégia de desenvolvimento a partir da industrialização determinou nesse processo. De fato, a concentração de renda no Brasil não é derivada de um governo em particular, *mas resulta da forma como se consolidou a industrialização no Brasil, redundando na crise da década de 80.*

O processo de consolidação da industrialização e do crescimento da economia brasileira contou com um instrumento poderosíssimo: a inflação. Na maioria das vezes, a inflação é caracterizada como um efeito externo ao processo social e com conseqüências exclusivamente negativas para a sociedade.

Entretanto, como nos ensinam a história e a teoria econômica, o mecanismo inflacionário não é neutro, sendo simultaneamente gerador de poupanças privadas e concentrador de rendas (impedindo a sua redistribuição). A industrialização brasileira apoiou-se nesse instrumento para garantir o desenvolvimento nacional, sem alterar a estrutura histórica de distribuição de renda.

Nos processos de industrialização das economias periféricas do sistema capitalista (como o Brasil), a utilização da inflação como instrumento capaz de permitir a alavancagem das economias foi essencial. Essas economias não possuíam mecanismos desenvolvidos de captação de recursos privados para investimentos, nem mesmo poupança suficiente para alavancar o crescimento econômico. Assim, restava a seus

governos a utilização do mecanismo de moeda fiduciária como financiador da transição de uma economia rural para uma economia semi-industrializada.

Os processos inflacionários agudos se caracterizam por reforçar os instrumentos concentradores de renda, pois a inflação, ao reduzir a renda real a partir da elevação dos preços, funciona como uma espécie de tributo regressivo, transferindo renda dos trabalhadores para os rentistas, dos setores concorrenciais para os setores monopolistas e dos indivíduos para o Estado.

A partir da emissão de moeda para financiar o déficit público, o Estado podia influenciar na alocação dos recursos dentro do sistema econômico, alavancando o surgimento de setores considerados essenciais. Além do mais, dessa forma, agia diretamente sobre o sistema de alocação dos recursos na medida em que orientava a demanda para determinados bens e serviços.

O processo inflacionário que decorria da utilização desses instrumentos era visto como conseqüência natural do desenvolvimento econômico em uma sociedade que não dispunha de instrumentos de captação de poupança voluntária. A inflação era uma espécie de “poupança forçada” que o Estado retirava da sociedade, continuando com a emissão de moeda para cobrir o déficit público. Obviamente, tal situação não levava em consideração a possibilidade de se criar uma nova estrutura distributiva da economia.

Sintetizando, para se desenvolver o país, que não dispunha de instrumentos internos de alavancagem, contava-se com a intervenção estatal. O Estado, por sua vez, como não dispunha de mecanismos de financiamento, utilizava-se de emissão de moeda para financiar o seu déficit e o processo de desenvolvimento. Esse déficit financiado por emissão de moeda redundava, por sua vez, em pressão sobre o nível de preços (já que implicava uma demanda maior que a oferta de bens e serviços). Essa inflação, portanto, constituía-se no “preço” que o Estado

cobrava para manter o desenvolvimento (o chamado “imposto inflacionário”).

De uma forma mais objetiva, quando as pessoas aceitavam transacionar com uma moeda que perdia poder de compra real era como se aceitassem uma espécie de tributo. O que é o tributo senão uma parcela de poder de compra real que uma determinada pessoa transfere para o Estado? Destarte, o aumento de preços, e a conseqüente perda de renda do portador de moeda emitida pelo governo, é uma transferência de renda dos indivíduos para o próprio governo (agente emissor da moeda).

Tendo em vista que economias de industrialização retardatária não possuíam alternativas capazes de se contraporem a essa dinâmica, todo esse processo era visto como “benigno” e como uma etapa necessária para o desenvolvimento econômico e social. As questões redistributivas passavam ao largo do debate e da implantação das políticas econômicas.

A difusão dos preceitos da economia keynesiana a partir, principalmente, do fim da segunda guerra mundial serviu para legitimar teoricamente essa visão. Na verdade, aqui cabe um esclarecimento, pois o que Keynes havia proposto era uma forma de impedir crises de insuficiência de demanda em sociedades com alta propensão a poupar e, portanto, desenvolvidas. Contudo a teoria keynesiana, com forte ênfase na demanda e no processo de crescimento econômico, acabou encaixando-se como um paradigma adequado a todos aqueles que queriam apressar o processo de crescimento de suas sociedades, em que a propensão a poupar era baixa. A expressão mais forte deste pensamento na América Latina é a CEPAL (Comissão de Estudos Econômicos para a América Latina). Esse foi o contexto em que a inflação se inseriu na história econômica do Brasil como dínamo para o processo de crescimento.

A industrialização a partir da década de 30 contou com essa lógica para assentar suas bases. Ou seja, desenvolver-se a partir

da intervenção estatal e usando um mecanismo intrinsecamente concentrador de renda (a inflação) como instrumento básico. *A opção pela industrialização dessa maneira era uma opção para impedir a redistribuição da renda.*

A fim de minorar os efeitos que a inflação causava sobre a vida das classes médias urbanas, os governos apelavam para todo tipo de controle possível (de preços, de câmbio, etc.). Essa era uma atitude que derivava da necessidade política de que o governo justificasse perante a sociedade a sua preocupação com a inflação, embora fosse fomentador e beneficiário dessa mesma inflação.

Todo o processo de crescimento do período de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi derivado da utilização até a exaustão do mecanismo de emissão de moeda como elemento financiador do déficit público.

Foi exatamente na época de Juscelino que esse mecanismo, utilizado sozinho, e até o seu limite, começou a mostrar as suas restrições internas. O processo inflacionário, de propiciador de “poupança forçada” e dinamizador do crescimento econômico, mostrou, a partir de seu recrudescimento, que de elemento positivo pode *tornar-se potencialmente explosivo do ponto de vista social (por acirrar o conflito distributivo) e ineficiente do ponto de vista econômico (por não permitir um cenário estável propício ao investimento privado).*

O amadurecimento da economia brasileira demonstrou ser necessária outra forma de financiamento do crescimento, já que o modelo inaugurado na década de 30 havia-se esgotado. Foi no final da década de 60 que essa nova forma surgiu quando da reformulação do sistema financeiro nacional e do surgimento do mecanismo de endividamento público (possível graças à indexação). Surgiu assim uma nova forma de se gerir o mecanismo inflacionário e a acumulação do capital.

Assim, seguindo os passos da teoria keynesiana, o crescimento não se concentraria

mais na pura e simples emissão inflacionária de moeda, mas teria como elemento regulador a colocação de títulos públicos. Esse novo período de crescimento foi reforçado pela expansão da dívida externa.

Durante a década de 70, esse modelo, ainda estatizante e autárquico, foi intensificado e garantiu uma sobrevida ao crescimento da economia nacional, em um momento em que a economia internacional se retraía. E afastou novamente do debate a questão redistributiva.

Na década de 80, não se construiu com solidez nenhum modelo de crescimento, nem mesmo formas de financiamento para a dinamização do sistema econômico. Por sua vez, o modelo de crescimento anterior exauriu-se na crise da dívida externa.

O que podemos observar, então, é que, até a década de 80, todo o nosso processo de industrialização e crescimento assentou-se sobre a estratégia de crescimento fomentado a partir da intervenção estatal, utilizando-se dos instrumentos econômicos disponíveis para dinamizar a demanda. Ao mesmo tempo, tal estratégia assentou-se sobre o protecionismo da produção nacional.

Portanto, podemos registrar que *a sociedade brasileira adotou uma estratégia de crescimento industrial autárquico e vinculado à ação estatal desde sua gênese (mantendo a tradição histórica da sociedade brasileira), redundando no perfil de concentração de renda inerente a esse modelo.*

3. Experiências de controle de inflação sem mudar o modelo de crescimento econômico

Dentro desse contexto, devemos compreender que o processo de concentração de renda no Brasil *deve ser investigado a partir da delimitação da estratégia de desenvolvimento adotada.*

A dominância persistente da inflação, mas acima de tudo o seu agravamento a partir da década de 70 (na realidade econômica do Brasil), está associada ao fato de

que não se havia alterado o modelo de desenvolvimento desde o início da industrialização acelerada, a partir da década de 30.

É importante compreender que a aceleração explosiva da inflação é um processo eminentemente social que indica a inexistência de instrumentos capazes de viabilizar o crescimento da economia de forma sustentada. Combater a inflação é essencialmente adotar estratégias de reformulação de modelo de crescimento.

Com o esgotamento da funcionalidade da utilização dos instrumentos inflacionistas (acirramento do conflito social e criação de um ambiente econômico desestimulador do investimento) durante a década de 80, registramos no Brasil uma série de tentativas de combate à inflação sem que se buscasse alterar fundamentalmente a estratégia de desenvolvimento. A inflação, de aliada do modelo de crescimento concentrador de renda, agora passou a impedir a continuidade do próprio crescimento.

A primeira tentativa de ataque frontal à inflação foi o chamado “Plano Cruzado”. Obviamente, um plano econômico não pode ser neutro quanto à distribuição da renda nacional. O Plano Cruzado tinha como premissa básica a idéia de que a inflação brasileira era essencialmente inercial. Dessa maneira, uma troca da unidade monetária, associada a um congelamento de preços, teria como resultado apagar a memória inflacionária dos agentes econômicos. O objetivo era quebrar a expectativa das pessoas de que os preços teriam que subir porque subiam no passado. O “Plano Cruzado” buscava também simultaneamente reverter o processo inflacionário e redistribuir a renda.

O “Plano Cruzado” serviu como modelo dos planos posteriores, constituindo-se em base para a superação das limitações do controle da inflação. Após o “Plano Cruzado”, o que observamos ainda durante os anos da década de 80 foram tentativas de controlar administrativamente os preços, sem grandes efeitos sobre a estrutura econômica e social do país.

No ano de 1990, o governo Collor assumiu com a pretensão de controlar rapidamente o processo inflacionário. Mas a sua primeira equipe econômica apresentava-se extremamente convencida de que o combate à inflação seria eficaz a partir do controle da liquidez. Assim, o confisco de ativos financeiros foi o instrumento utilizado, mas os efeitos foram uma forte recessão econômica sem que se criassem novos instrumentos de incentivo ao crescimento e à distribuição de renda.

Somente a partir do momento em que Marcílio Marques Moreira assumiu o Ministério da Fazenda é que o combate à inflação passou a ser associado à *construção de um novo paradigma de crescimento*. Cada vez mais, este consenso fazia parte da concepção dos diferentes economistas brasileiros de como se deveria dar o controle da inflação no Brasil.

4. Plano Real – experiência de controle de inflação mudando o modelo de crescimento econômico

Desde o fracasso do “Plano Cruzado” (a partir de novembro de 1986), os economistas tomaram consciência de que o controle do processo inflacionário, bem como a consequente construção de um novo perfil distributivo, derivaria da definição mais ampla de uma estratégia de desenvolvimento, associada à compreensão de que existem alguns princípios básicos universais a serem observados na coordenação de uma economia.

A influência cepalina sobre grande número de economistas e políticos brasileiros havia obscurecido os efeitos de longo prazo sobre o crescimento econômico de uma estratégia calcada no intervencionismo estatal, protecionismo externo e autarquização da economia. Era necessário buscar, sob a luz da experiência da década de 80, alternativas em que o combate da inflação viesse associado à definição de estratégia de crescimento. Essa era a visão filosófica do “Plano Real”.

Dos planos econômicos da década de 80, podemos retirar algumas constatações que serviram de marco inicial para a implementação do “Plano Real”:

a) combater a inflação significa alterar a estratégia de crescimento econômico autárquica e protecionista que estava exaurida em seus instrumentos e formas de financiamento;

b) a economia, submetida a décadas de inflação, estava incapaz de perceber o efeito nefasto do déficit público sobre o crescimento econômico;

c) a passagem para uma economia sem inflação deveria ser precedida de um período em que os preços pudessem flutuar relativamente, a fim de recuperar a capacidade de expressar a realidade da relação de troca;

d) dentro dessa visão, qualquer congelamento de preços deveria ser evitado;

e) a manutenção da economia fechada e sujeita a protecionismo preserva o poder de mercado dos monopólios e impede o desenvolvimento tecnológico.

Era, portanto, necessário redefinir o modelo de desenvolvimento nacional para que se conseguisse obter simultaneamente o controle da inflação e a retomada de um novo ciclo de crescimento econômico (ou seja, abandonar a inflação como instrumento de geração de “poupanças”, abandonar a economia fechada e autárquica). Somente assim poder-se-ia estabelecer o caminho para um novo perfil distributivo da renda nacional.

Desde o início do “Plano Real”, esse fato tornou-se ainda mais relevante para se compreender as modificações no funcionamento da economia e da sociedade brasileiras. É inegável que um resíduo inflacionário perdurou nos primeiros meses do “Plano Real”, entretanto, se nós analisarmos os indicadores diretamente relacionados aos extratos mais pobres da sociedade, os resultados da redistribuição de renda tornam-se evidentes (ver PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRAS DOMICILIARES: PNDA, 1995-2000).

Os principais fatores que estiveram relacionados com o resíduo inflacionário estão, na maioria dos casos, relacionados com bens não-transacionáveis com o exterior (serviços, imóveis, etc.).

Desde o “Plano Real”, em julho de 1994, a questão relacionada a seus efeitos sobre a distribuição de renda e a sua perenidade tem dominado o debate econômico e político nacional.

Uma característica diferenciadora do “Plano Real”, em relação aos efeitos redistributivos do Plano Cruzado, foi que, no Real, houve uma redistribuição efetiva da renda dos estratos superiores (1% mais ricos e 5% mais ricos) para os estratos inferiores (10% mais pobres).

Como foi apresentado na primeira parte deste trabalho, o processo de concentração de renda deriva da própria estratégia de desenvolvimento adotada a partir da década de 30, com o intervencionismo crescente e a consolidação de uma economia autárquica. Assim, o que observamos a partir do Plano Real é a tentativa de se delimitar uma nova estratégia de desenvolvimento, visando a produzir dinâmica suficiente na economia nacional para retomar o crescimento.

Obviamente romper com a estratégia anterior significava romper com a perspectiva do inflacionismo.

Mais do que um simples tributo, de fato, a inflação é o mais injusto deles, pois tem caráter essencialmente regressivo, prejudicando aqueles que possuem ou menor renda ou menor poder de mercado. Destarte, evidencia-se o caráter concentrador da renda. Não foi por coincidência que, entre 1987 e 1989, a concentração de renda no Brasil se acentuou, já que esse período foi caracterizado pelo descontrole inflacionário.

Com o “Plano Real” e sua reforma monetária, houve uma ruptura com o histórico inflacionário. A redução brusca do “imposto inflacionário” retirou da economia o véu inflacionista que impedia a construção efetiva de referências de troca na economia brasileira.

Nesse momento, todos aqueles que dispunham de poucos instrumentos para indexar as suas rendas e se proteger da inflação passaram a ter um ganho real de renda. A redução brusca da taxa de variação dos níveis de preço redefiniu os preços relativos da economia e o poder de compra de cada um dos agentes econômicos.

Esses elementos foram reforçados na medida em que a condução da política macroeconômica possibilitou uma valorização da moeda e a entrada de capitais externos. Com isso, pôde-se reduzir o poder de mercado dos monopólios e oligopólios internos, viabilizando ainda mais a desconcentração de renda.

Entretanto, a redução da inflação também externalizou, de maneira dramática, a ficção que eram os orçamentos públicos, trazendo à tona o déficit, antes mascarado pela receita derivada da “ciranda financeira”.

Se, por um lado, criavam-se as condições para a retomada do crescimento e a busca de uma maior justiça social (já que havia a entrada de recursos externos, a concorrência se acirrava, milhares de pessoas eram inseridas no mercado consumidor), por outro lado, ficava cada vez mais clara a restrição fiscal do governo como limitadora de um novo ciclo expansionista.

A redução da inflação afeta apenas uma vez a redistribuição da renda. Tem um efeito do tipo “once for all”. Ou seja, a queda brusca do aumento dos preços redistribui a renda a favor daqueles que antes não conseguiam se proteger na “ciranda financeira”. Entretanto, esse efeito acontece de uma única vez, enquanto para haver redistribuição de renda no longo prazo significa criar condições endógenas de crescimento auto-sustentado.

Ora, nesse momento torna-se claro que redistribuição de renda é diretamente relacionada com a política econômica de longo prazo. O controle efetivo da inflação é a premissa (condição necessária, mas não suficiente) a partir da qual se podem estabelecer os mecanismos para a alteração do perfil distributivo da sociedade brasileira.

O que observamos desde o início da década de 90 é uma tentativa de romper com o modelo de crescimento vigente desde a década de 30, o qual se mostrou esgotado tanto do ponto de vista de estratégia política, como de formas de financiamento econômico (conforme apresentado anteriormente).

Exatamente no momento atual encontra-se a encruzilhada do processo de redistribuição de renda e definição do novo modelo de crescimento da economia brasileira. *Só se pode falar na continuação estrutural do processo de redistribuição de renda, resolvendo-se o desequilíbrio fiscal externalizado pelo fim do imposto inflacionário.*

Os benefícios derivados do fim da inflação como mecanismo redistribuidor esgotaram-se. O desequilíbrio fiscal e sua contrapartida, que é a pressão sobre as contas externas, impedem a continuidade, assentada em bases estruturais, da redistribuição da renda no Brasil.

Considerando que o desequilíbrio fiscal significa que o Estado está gastando mais do que arrecada, ocorre uma pressão tanto sobre a demanda de bens (derivada da renda que o Estado gera), como uma pressão sobre o mercado financeiro (derivada da taxa de juros mais alta necessária para manter o equilíbrio macroeconômico).

O desequilíbrio fiscal redundando em pressão sobre a balança comercial, ao mesmo tempo que gera a atração de capitais especulativos (devido ao diferencial dos juros). Assim, romper esse círculo vicioso só será possível a partir da recuperação do equilíbrio fiscal do Estado.

Enquanto for necessária uma política monetária extremamente austera, mantém-se em suspenso qualquer programa redistributivo de renda. Redistribuir renda implica políticas ativas que rompem com a neutralidade do sistema econômico. E isso só é possível com a recuperação da capacidade de poupança pública. Tal poupança possibilitará investimento em educação e condições mínimas de vida, que viabilizarão a retomada do crescimento, com uma

nova estratégia, e a continuidade do processo redistributivo.

Passado o efeito inicial do fim do “imposto inflacionário”, a concorrência entre os fatores de produção torna-se essencial para a definição da partição da renda. Ou seja, sem o “véu inflacionista” é que a qualificação tanto do trabalho como do capital torna-se estratégica.

Assim, podemos constatar que o efeito inicial da redução da inflação sobre o perfil distributivo da economia brasileira foi efetivo e caracterizou-se por permitir a distribuição de renda dos estratos superiores da pirâmide social, para os estratos inferiores. Contudo, redistribuição de renda estrutural, a fim de alterar a perversa e centenária concentração de renda brasileira, depende da consolidação da mudança do modelo de desenvolvimento.

Para que possa ocorrer tal mudança juntamente com as condições para a redistribuição da renda, faz-se necessária a obtenção do equilíbrio fiscal, com a recomposição da poupança pública. *Nesse contexto, inserem-se as reformas constitucionais.*

De fato, a recuperação da poupança governamental é premissa para a continuidade do processo de redistribuição da renda nacional iniciado com o Plano Real. Essa recuperação da capacidade fiscal do Estado será básica para desenvolver a produtividade dos diversos fatores de produção. Por um lado, a qualificação e treinamento da mão-de-obra permitirá o crescimento do fator trabalho na renda nacional e, por outro lado, o investimento em tecnologia permitirá a modernização do parque industrial nacional.

Romper com o padrão distributivo nacional, que tem suas bases primordiais na colônia e suas bases mais recentes no modelo de industrialização adotado a partir da década de 30, significa romper com a estratégia de desenvolvimento adotada até o momento.

Nesse contexto, o fim da inflação constituiu-se em condição necessária, mas não

suficiente, para se alterar o perverso padrão de distribuição da renda nacional. Enquanto não recuperarmos a capacidade fiscal do Estado e tivermos que manter uma política monetária austera para financiar os desequilíbrios públicos, não conseguiremos retomar um novo padrão de desenvolvimento e, conseqüentemente, um novo padrão distributivo.

5. Principais conclusões

A partir da análise do perfil de distribuição de renda no Brasil, bem como do processo pelo qual esse perfil se consolidou, podemos inferir algumas considerações:

1) o perfil da distribuição de renda no Brasil é extremamente concentrador, mas não deriva de um governo específico, tendo suas origens primordiais na colonização e sua consolidação a partir da década de 30;

2) a estratégia de desenvolvimento escolhida pelas forças políticas de um país acaba determinando o perfil de distribuição deste;

3) o Brasil adotou como estratégia de desenvolvimento, dadas as restrições históricas da época, consolidar uma economia fechada para o exterior e teve como dínamo a ação estatal, fundamentalmente a partir do uso dos gastos públicos;

4) essa estratégia tinha como um de seus corolários básicos a inflação, a qual viabilizava a geração de poupança necessária à acumulação do capital;

5) esse modelo acabou sobredeterminando toda a estrutura e a lógica de formação econômica no Brasil, consolidando a característica concentradora da renda nacional;

6) a crise a partir da década de 80 e a externalização crescente das mazelas derivadas do processo concentrador de renda nacional esgotaram as tentativas de ajuste dentro do modelo autárquico-estatizante;

7) o Plano Real representou uma tentativa de redefinir a estratégia de desenvolvi-

mento nacional, a fim de viabilizar o processo de redistribuição de renda;

8) o Plano Real representou forte redistribuição de renda dos estratos superiores de renda (os 5% mais ricos) para os estratos inferiores de renda (os 10% mais pobres);

9) o fim da inflação tem um efeito do tipo "once for all" no processo de redistribuição da renda;

10) a continuação do processo de redistribuição de renda depende da recuperação da capacidade fiscal do Estado;

11) investimentos em educação e qualificação de mão-de-obra são fundamentais para a continuidade da redistribuição da renda em uma economia não-inflacionária, pois, nesse ambiente, a concorrência entre os fatores de produção torna-se mais acirrada, privilegiando os mais bem capacitados;

12) a mudança de governo no Brasil não pode significar o retorno ao modelo anterior, pois aquele modelo implica necessariamente inflação e concentração de renda.

Bibliografia

BARROS, R. P. et al. *Bem-estar, pobreza e desigualdade da renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais*. Brasília: IPEA, 1997.

BLANCHARD, O. *Macroeconomia: teoria e política econômica*. [s. l.]: Campus, 1999.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Relatório de contas do Governo*. Brasília: Tribunal de Contas da União, 1997.

CAMARGO, J. M. et al. *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1991.

A ECONOMIA brasileira em perspectiva. Brasília: IPEA, 1998. v. 2.

LAVINAS, L. et al. *Desigualdades regionais e retomada do crescimento num quadro de integração econômica*. Brasília: IPEA, 1997.

PESQUISA nacional de amostras domiciliares: PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 1995-2000.